

JESUS E JOÃO BATISTA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NECESSÁRIOS

Por *Luiz Beltrão, CVX Santo Alberto Hurtado, Brasília - Brasil*

Índice

1. Introdução. 2. João Batista: quem foi e o que pregava? 3. Jesus discípulo de João Batista. 4. Jesus é batizado por João. 5. Diferenças entre as mensagens de João Batista e de Jesus. 6. Conteúdo ético da irrupção do Reino. 7. Presença da lógica de João Batista na práxis atual da Igreja. 8. Conclusão.

1. Introdução

Este trabalho de conclusão do módulo Cristologia pretende oferecer uma visão comparada entre as pessoas e as mensagens de Jesus e de João Batista. O objetivo é perceber as influências do movimento e da pregação de João no movimento e na pregação de Jesus, mas principalmente apontar as diferenças entre ambas as propostas. Delinear o núcleo fundamental de cada uma servirá para realçar o valor da mensagem de Jesus que, conforme cremos, é tão mais relevante para a vida pessoal e comunitária da fé dos cristãos, que essa comparação torna-se urgente e necessária. Paralelamente, possibilitará perceber que muitas das práticas cristãs atuais mais se aproximam da proposta joanina, distanciando-se do querer original e inovador de Jesus.

2. João Batista: quem foi e o que pregava?

João Batista foi um pregador ascético do deserto, de caráter profético, que influenciou decisivamente a pessoa e o ministério de Jesus. Por isso, o entendimento de Jesus e de sua mensagem pressupõe o entendimento da mensagem do próprio João Batista, o que implica aproximarmo-nos de sua pessoa e de sua missão.

João, o Batista, era filho de Zacarias, portanto de linhagem sacerdotal. A despeito de tal prerrogativa, João abriu mão dessa função, o que pressupõe um grave rompimento com sua ascendência. A esse respeito,

Não sabemos o que o terá levado [João] a abandonar seu múnus sacerdotal. A sua atitude era a de um homem arrebatado pelo Espírito. Não se apoiava em nenhum mestre. Não citava explicitamente as Escrituras sagradas. Não invocava nenhuma autoridade para legitimar

a sua ação. Abandonou a terra sagrada de Israel e foi para o deserto a gritar a sua mensagem¹.

Podemos supor que João teve uma forte experiência de Deus. Ele mesmo sinalizou ter vivenciado um encontro com o Mistério, ao mencionar que alguém o enviou para batizar com água e que lhe teria dito que sobre aquele a quem visse descer e permanecer o Espírito, este é o que batizaria com o Espírito Santo (Jo 1,33).

João se autodenominava uma *voz que clama no deserto*, alguém cuja missão era *endireitar os caminhos do Senhor*. Vivia no deserto, se vestia de pelos de camelo e se alimentava de gafanhotos e mel silvestre (Mc 1,6).

Segundo J. A. Pagola², João parece ter escolhido cuidadosamente o lugar de seu ministério batismal. Segundo esse autor, o “deserto” escolhido por João encontrava-se em frente de Jericó, no preciso lugar em que, segundo a tradição, o povo, séculos antes, conduzido por Josué, havia atravessado o rio Jordão para entrar na terra prometida. Dessa maneira, “como tinha acontecido com a ‘primeira geração do deserto’, também agora o povo tinha de escutar a Deus, purificar-se nas águas do Jordão e entrar renovado no país da paz e da Salvação”³.

O aparecimento de João Batista foi como o ressoar repentino da voz de Deus. Naquela época os judeus eram dolorosamente conscientes de que os profetas já não falavam. Dizia-se que durante quatrocentos anos não tinha havido profeta algum, que a voz da profecia se manteve calada. Mas em João voltou a fazer-se ouvir a voz profética. Deus voltava a se comunicar com seu povo⁴.

João se diferenciava de seus contemporâneos, sobretudo dos partidos religiosos – essênios, fariseus, saduceus e escribas – por sua característica profética. Pregava a chegada iminente do “Dia do Senhor” como julgamento pelo fogo; por isso, o contraponto de passar pelo batismo na água⁵. A mensagem de João era simples: Deus estava irado com seu povo, por conta de seus muitos pecados e do afastamento da Aliança, e pretendia castigá-lo. Mas se Israel mudasse, então haveria abundância de bênçãos. De fato, o objetivo de uma profecia não é a predição de um futuro inalterável, mas o aviso ou uma promessa do que se avizinha, a se permanecer no mesmo caminho. Trata-se de uma predição *tendencial*, mas, sobretudo, *condicional*. Por meio da profecia,

¹ PAGOLA, J. A. *Jesus: aproximação histórica*. Gráfica de Coimbra, 2007, p. 67.

² Idem, p. 67.

³ Idem.

⁴ BARCLAY, W. *The Gospel of Mathew. The new daily study Bible*. Saint Andrew Press, Edindurgh, 2001.

⁵ Carlos James, SJ, comunicação pessoal.

há o oferecimento de uma nova oportunidade. Em havendo mudança, também Deus mudaria de ideia e abandonaria seus planos de condenar Israel.

Diferentemente de seus contemporâneos, sectários por definição, João não pregava a um grupo judeu específico, mas dirigia seu apelo a todo o povo. Eram necessários o arrependimento e a mudança de atitude, do que o batismo nas águas do Jordão configuraria sinal exterior.

A força de sua pregação e, indubitavelmente, seu testemunho de austeridade e autenticidade, comoveram multidões. *Toda a Judeia e toda a região vizinha ao Jordão* e até mesmo de Jerusalém (Mt 3,5) vinham pessoas para serem batizadas, confessando os seus pecados.

Esse amplo movimento de retorno a Deus impressionou a Jesus e sinalizou para ele que algo novo estava acontecendo. Jesus acreditava na necessidade de conversão e juntou-se aos que comungavam dessa visão. De fato, também em seu ministério Jesus falará da necessidade de conversão, embora acentuará matizes bem distintas da perspectiva do Batista. Mais ainda, Jesus fez-se discípulo de João, até este ser preso, e se deixou batizar, conforme veremos a seguir.

3. Jesus discípulo de João Batista

Depois de seu batismo, Jesus se retirou 40 dias para o deserto, como preparação para sua missão. João Batista vivia no deserto. Isso parece sugerir que Jesus, por algum tempo, se integrou ao grupo de discípulos de João Batista. Essa suposição tem ainda mais força quando lemos, no Evangelho de João, uma espécie de queixa dos discípulos de João a seu mestre por Jesus e seus discípulos (alguns, antigos discípulos de João) também batizarem (Jo 3,26).

Com efeito, os discípulos de João sabiam que Jesus havia sido batizado pelo Batista e que esteve por algum tempo entre o grupo de João. Agora os discípulos percebem que Jesus abandonou o grupo de João, formou seu próprio grupo e começou a batizar por conta própria, reunindo seus próprios discípulos e fazendo uma espécie de “concorrência”, com quem antes havia sido mestre. Somente com essa tela de fundo pode-se entender os sentimentos de frustração e rivalidade do grupo de discípulos que ainda permaneciam com João⁶. No entanto, Jesus não queria essa rivalidade. Por isso,

⁶ *A importância de João Batista no ministério de Jesus*. Nilton Giese. 2015. Disponível em <http://www.luteranos.com.br/conteudo/a-importancia-de-joao-batista-no-ministerio-de-jesus>. Acesso em 29/8/2016.

quando ouvir dizer que ele reunia mais discípulos que João Batista, saiu da Judeia e voltou para a Galileia (Jo 4,1-3).

Portanto, temos aqui relatos que falam que no início de sua vida pública, Jesus também batizou, por algum tempo. E que essa prática havia sido adquirida por seu antigo formador, na época em que ele próprio – Jesus – fez parte do grupo de João.

O que teria tanto impressionado a Jesus em João Batista? Certamente sua autenticidade e liberdade para falar em nome de Deus e, posteriormente, o martírio, consequência de sua missão – características que o associam à vocação de profeta, na linha dos profetas do Antigo Testamento.

De fato, acerca de João, Jesus mais tarde fará um dos maiores elogios em todos os Evangelhos: para Jesus, João é “mais que profeta” e, “entre os nascidos de mulher, não surgiu nenhum maior do que João, o Batista” (Mt 11, 9.11).

A menção honrosa ao Batista é nítida, porém paradoxal. De fato, logo em seguida, Jesus acrescenta que “o menor no Reino dos Céus é maior do que ele”. Compreender a aparente contradição entre o elogio e sua sequência pouco apreciativa constitui questão central para o entendimento das diferenças entre Jesus e João Batista. Vejamos, primeiramente, o aspecto elogioso. O que impressionava a pessoa de João em Jesus?

Inicialmente, João denunciava intrepidamente o mal em qualquer lugar que o encontrasse. No âmbito da mensagem, João encarnava o mais autêntico senso profético: o **anúncio** da intervenção divina iminente e a necessidade da conversão, e a **denúncia** das contradições presentes na realidade, que vão contra qualquer pretensa segurança, como ser da descendência de Abraão. Se Israel era visto como árvore plantada por Deus, o machado está posto na raiz da árvore, para ser arrancada e queimada no fogo.

Se o rei Herodes pecava, contraindo um casamento ilegal e pecaminoso, segundo a Torá, João o reprovava. Se os saduceus e os fariseus, dirigentes da ortodoxia religiosa daquela época, estavam afundados em um formalismo ritualista, João não duvidava em dizer-lhe diretamente. Se as pessoas comuns viviam afastadas de Deus, João o jogava na cara. Em qualquer lugar que João visse o mal – no Estado, na comunidade religiosa, na multidão – ele, intrepidamente, o denunciava.⁷

João era como uma forte luz acesa em algum lugar escuro, que incomoda a retina dos olhos acostumados à penumbra. O destemor de seu profetismo, o vigor de sua denúncia

⁷ W. Barclay, obra já citada.

da injustiça e sua intransigência com erros foram características que certamente impressionaram a Jesus.

Entretanto, João não permanecia no apontamento do erro e na denúncia do pecado; ia além: convocava os homens à justiça, e o fazia com um profundo sentimento de urgência. Há, na mensagem do Batista, uma apresentação positiva das exigências morais de Deus. Não somente denunciava a conduta das pessoas, pelo que tinham feito, mas as convocava – multidões, publicanos e soldados – a fazer o que deviam fazer. Sua exortação era para que praticassem nada além da justiça e da solidariedade: repartir uma túnica, quem tivesse duas, com quem não tem nenhuma; não exigir nada além do que foi prescrito; não extorquir ninguém nem denunciar falsamente, mas contentar-se com seu soldo. A rigor, não reside aí nada de extraordinário, apenas o cumprimento de uma moral mínima, que sequer era praticada.

A dependência de João à providência de Deus – do que são testemunhas suas vestes, seu habitat e sua alimentação – pode ter também despertado a admiração de Jesus. Não necessariamente seu estilo de vida austero ou o fato de não beber vinho, mas seu abandono a Deus e a confiança ilimitada em seu favor. A vivência no deserto, lugar privilegiado de encontro e de escuta a Deus, será experimentada pelo próprio Jesus, não apenas no episódio das tentações, mas nos diversos momentos em que procurará lugares afastados para o encontro a sós com o Senhor. O abandono e a confiança naquele a quem chamará de Pai será uma marca acentuada no ministério jesuânico.

Por último, podemos destacar o fato de João Batista apontar para além de si mesmo. João é como um “verbo transitivo” que sempre impele para um “objeto” além de si mesmo. Assim João se reconhecia: alguém inferior em relação a outro que deveria vir, e do qual era indigno de desatar as correias das sandálias. João não desejava que os homens se fixassem nele; seu objetivo era prepará-los para aquele que havia de vir.

Mas se todos esses traços são dignos de elogios, por que Jesus menciona que o menor no Reino dos Céus é maior do que João? Porque, conforme veremos, a realidade trazida por Jesus, o Reino de Deus, supera infinitamente os méritos e o alcance de João. De fato, João é o precursor e, como tal, não “entra” propriamente na dinâmica do Reino, mas detém-se na “porta de entrada”. Com a irrupção do Reino, na pessoa e no ministério de Jesus, inaugura-se um novo tempo (*kairos*, e não *cronos*), uma nova

economia. Sem depreciar a pessoa de João, os tempos do Reino transcendem inteiramente aqueles que os precederam e prepararam⁸.

Reside aqui a necessidade de diferenciarmos o conteúdo da pregação de João e de Jesus, de modo a divisarmos a novidade qualitativa trazida por este último. Porém, não apressemos os passos. Antes de tratarmos dessa questão, precisamos considerar que tamanha influência culminou na opção de Jesus ser batizado por João.

4. Jesus é batizado por João

Uma das melhores maneiras de conhecermos alguém é percebermos suas escolhas e decisões, pois elas nos revelam as escalas de prioridades e de valores que, por sua vez, traduzem gostos e preferências, em uma palavra, aquilo que move e impulsiona o ser. Podemos proceder assim para conhecermos melhor a Jesus. Da leitura dos Evangelhos resulta claro que a primeira decisão tomada por Jesus foi ser batizado por João.

O evento é mencionado pelos três evangelistas sinóticos, sinal de sua autenticidade histórica. Segundo J. A. Pagola, “nas primeiras comunidades cristãs, a ninguém passaria pela cabeça inventar um episódio tão embaraçoso, que não deixaria de causar dificuldades aos seguidores de Jesus”⁹. Ainda segundo esse autor, dois eram os problemas que decorriam dessa opção:

- (1) se Jesus aceitasse ser batizado por João, não daria a impressão de lhe ser inferior? e
- (2) se o batismo de João era um sinal penitencial, de arrependimento pelos pecados cometidos, isso não significaria ser Jesus também um pecador?

Os pensadores da Igreja procuraram sempre uma resposta para esses dilemas. Na igreja primitiva, sugeria-se às vezes, com um toque caseiro, que Jesus se deixou batizar por João para agradar a Maria, sua mãe, e em resposta a seu pedido¹⁰. Precisamos de uma resposta mais sólida.

É possível responder a essa questão a partir de, pelo menos, duas perspectivas cristológicas: a *ascendente*, que acentua a humanidade de Jesus e sua historicidade, e a *descendente*, que enfatiza a divindade do Verbo encarnado. Evidentemente, tal distinção encerra uma fragmentação dualista, perigosa e mesmo herética (*nestoriana*), aqui adotada apenas para fins didáticos.

⁸ Bíblia de Jerusalém. Nota de rodapé relativa a Mt 11,11.

⁹ Obra citada, p. 74.

¹⁰ William Barclay, obra citada.

Pela via descendente, responde-se que Jesus se deixou batizar por João por solidariedade ao gênero humano. À objeção de João em batizá-lo, Jesus responde que é necessário se cumprir “toda a justiça” (Mt 3,15). Cumprir a justiça para Jesus significa assumir, por solidariedade, a condição humana, até a baixeza do pecado (Flp 2,5-8). Paulo dirá que *Aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus* (2 Cor 5,21).

No seu batismo, Jesus vive um movimento de dupla solidariedade. De um lado, “para trás”, qual foz de um rio ininterrupto, Jesus é o elo central e definitivo da corrente profética de seu povo, iniciada em Elias e ali presente em João. De outro lado, “para frente”, nos associa todos consigo em sua missão. O batismo será o sinal visível dos que Ele escolhe para tal. Submergir nas águas e delas emergir em nome da Trindade Santa significará o associar-se ao ser de Jesus, ao seu próprio batismo, e às suas mesmas opções e consequências, até o sacrifício de si, se necessário for¹¹.

Pela perspectiva ascendente, Jesus se deixa batizar por se identificar, de algum modo, com o movimento de João Batista. No momento da aparição de João, Jesus tinha cerca de trinta anos (Lucas 3,23). Ao longo de todos esses anos, Jesus foi tomando cada vez mais consciência de sua condição sem igual. Entretanto, continuou sendo o carpinteiro do Nazaré. Deve ter sabido que chegaria o dia em que deveria dizer adeus a sua parentela e sair para cumprir uma tarefa maior que o impelia desde dentro. Jesus deve ter esperado que algum sinal mostrasse que esse dia tinha chegado. O movimento de João e a resposta massiva do povo pareceram a Jesus ser esse sinal. Não era que tivesse consciência de pecado e precisasse arrepender-se. Era que sabia que nesse momento ele também devia se identificar com esse movimento rumo a Deus. Para Jesus a aparição de João foi o chamado de Deus à ação; e seu primeiro passo foi identificar-se, solidarizar-se com o povo em sua busca de Deus¹².

Entretanto, no batismo de Jesus algo diferente aconteceu: Deus se lhe manifestou de maneira ímpar, o que vai lhe confirmar sua identidade e sua relação especial com o Senhor. A voz de Deus veio interiormente a seu encontro e lhe confirmou a decisão tomada e sua intuição como Filho de Deus. E mais importante: a mesma voz lhe indicou o caminho a seguir. Importa aqui nos demorarmos na lição de W. Barclay. Como anota esse autor, as palavras ouvidas no íntimo de Jesus, *Tu és meu Filho amado; em ti tenho complacência*, são compostas por dois textos bíblicos: *Tu és meu filho amado* consta no

¹¹ Antônio Abreu, SJ, comunicação pessoal.

¹² William Barclay, obra citada.

Salmo 2,7, que foi sempre aceito como uma descrição do Messias Rei. *Em ti tenho complacência* é parte de Isaías 42,1 e pertence a uma descrição do Servo de Javé, cujo retrato culmina nos sofrimentos de Isaías 53. Portanto, segundo Barclay, em seu batismo, Jesus se deu conta, em primeiro lugar, de que era o Messias, o Ungido de Deus; e, em segundo lugar, de que isso não envolvia nem poder nem glória, e sim sofrimento e entrega de si. Nesse sentido, a cruz não tomou a Jesus de surpresa; desde o momento em que tomou consciência de sua condição única e de sua missão, ele a viu diante de si.

Sintomático é o fato de o céu “se abrir” e dele descer, sobre Jesus, a suavidade do Espírito de Deus, simbolizado pela pomba. O pouso suave e duradouro da pomba é sinal de que, em Jesus, o Espírito de Deus se tornará visível, em sua pessoa e em sua obra. Por essa unção especial, Jesus é o rosto visível de Deus, a manifestação de Seu ser e do Seu agir. De fato, do céu aberto não desce fogo ou a ira divina, profetizados por João, mas a delicadeza de Deus. Por esse sinal, Deus equipa Jesus com a força da ternura de seu Espírito, que o moverá por toda sua vida.

A melhor palavra para descrever a mola propulsora da práxis de Jesus é *compaixão*. Albert Nolan anota que o verbo grego *splagchnizomai*, usado para exprimir a emoção que Jesus sentia ao ver as multidões, é derivado do substantivo *splagchnon*, que significa intestinos, vísceras, entranhas, ou coração, ou seja, as partes internas das quais parecem surgir as emoções mais fortes¹³. Nesse sentido, o verbo grego significa movimento ou impulso que brota das próprias entranhas da pessoa, uma reação das tripas. A compaixão é a melhor resposta ao sofrimento. Se João confiava em um batismo de conversão, Jesus partiu, movido de compaixão, para libertar as pessoas de toda forma de sofrimento e angústia. E isso o fez por três principais formas: ministrando cura, oferecendo perdão e pregando o Reino.

É hora, então, de olharmos mais de perto as mensagens de João Batista e de Jesus e realçarmos suas diferenças, para que possamos tomar melhor consciência da novidade trazida por Jesus e percebermos que, infelizmente, a perspectiva limitada e ameaçadora de João Batista ainda encontra forte eco na práxis religiosa atual.

5. Diferenças entre as mensagens de João Batista e de Jesus¹⁴

¹³ NOLAN, A. *Jesus antes do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1987.

¹⁴ Esta seção é fortemente embasada na obra de José Roque Jungues *Evento Cristo e a ação humana*. Coleção *Theologica Publica*. Ed. Unisinos. 2001.

Confrontando os textos que falam da pregação do Batista (Lc 3, 3-7.16-17) com os que expressam o anúncio de Jesus (Mc 1, 14-15; Mt 4, 12-17; Lc 4, 16-21), percebem-se significativas diferenças entre o conteúdo das suas mensagens. Acentuemos as principais.

João Batista anuncia uma realidade futura que ainda está por vir e se manifesta como ameaçadora: *Raça de víboras. Quem vos ensinou a fugir da ira que está por vir? É o juízo de Deus diante da infidelidade do povo. Para escapar do juízo da ira de Deus, é necessário converter-se: Produzi frutos dignos de arrependimento e não comeceis a dizer em vós mesmos: 'Temos por pai Abraão'. Pois eu vos digo que até mesmo destas pedras Deus pode suscitar filhos de Abraão. O machado está posto à raiz das árvores; e toda árvore que não produzir bom fruto será cortada e lançada ao fogo* (Lc 3,8-9).

Para João, essa realidade ameaçadora ainda não havia se manifestado, existindo um tempo de espera para a conversão. Nesse tempo, é preciso armazenar méritos através da penitência para escapar do juízo divino. Portanto, a manifestação da ira de Deus é um evento futuro; o presente é um tempo de espera e preparação para a chegada desse evento terrível. Quando chegar esse momento, Deus *limpará a sua eira e recolherá o trigo em seu celeiro; a palha, porém, Ele a queimará num fogo inextinguível* (Lc 3, 17).

Jesus não anuncia o juízo de Deus, mas o Reino de Deus, que é a irrupção do amor de Deus na história humana. *Depois que João foi preso, veio Jesus para a Galiléia proclamando o Evangelho de Deus: 'Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho* (Mc 1, 14-15). O tempo já se esgotou, e o reinado de Deus está próximo, ou melhor, já está presente, pois *o Reino de Deus está no meio de vós* (Lc 17, 21). De fato, a proximidade à qual Jesus se refere não é no sentido temporal, mas de uma realidade possível de ser alcançada, bastando ser acolhida, porque é gratuitamente oferecida.

Significa dizer que o Reino anunciado por Jesus trata-se de uma realidade *escatológica*. Esse termo, que se refere às realidades últimas, implica um aspecto não necessariamente epocal, mas de definitividade. Jesus não anuncia uma realidade que ainda está por vir, mas um evento futuro que já se revela no presente e o qualifica. O presente não é um tempo de espera, como em João, mas a vivência de algo que já se revelou: *Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da Escritura* (Lc 4,17-21).

Outra diferença fundamental entre Jesus e João Batista se verifica no sentido que dão à conversão, aqui entendida como mudança de atitudes. Para João Batista, a conversão é condição para escapar da ira de Deus; para Jesus, ela é consequência da irrupção do

amor de Deus na vida do convertido. Dito de outra maneira, para João a conversão é um imperativo diante da ameaça do julgamento, que chega trazendo fogo e destruição; para Jesus, a conversão é salvação, possibilidade que se abre porque é oferecida gratuitamente e por amor. Não se trata de acumular créditos para livrar-se do juízo, mas viver o amor e a graça, que Deus já colocou à disposição da humanidade.

Evidência disso são as curas efetuadas por Jesus. Movido por compaixão, Jesus oferece aos doentes e pecadores uma experiência de libertação, que culmina num convite à conversão. De fato, Jesus não pergunta primeiro se a pessoa quer se converter para depois curá-la. A conversão não é condição para a cura. Ao contrário, a experiência da cura abre a possibilidade para a conversão. Mais ainda, a experiência da cura, do amor e do perdão incondicionais de Deus carrega em si a força dinamizadora para a mudança. A cura da sogra de Pedro (Mc 1,31) e a de Bartimeu (Mc 10,46-52), por exemplo, resultam em serviço e seguimento.

O mesmo se diga quanto às refeições realizadas com os pecadores, gesto característico de Jesus, ausente em João. No Oriente Médio, sentar-se à mesa com alguém ou partilhar refeição constitui forma de associação e amizade particularmente íntimas¹⁵. Misturar-se e comer com pecadores significava que Jesus os aceitava e os aprovava, o que causava neles efeito miraculoso: aceitando-os como amigos e como iguais, Jesus afastara deles a vergonha, a humilhação e a culpa. Mostrando-lhes a importância que tinham para ele como pessoas, deu-lhes senso de dignidade e libertou-os de seu cativo. Além do mais, por ser Jesus considerado santo e profeta, teriam interpretado seu gesto de amizade como aprovação de Deus e perdão dos pecados.

É essa ação de aceitação e perdão incondicionais que dinamiza e impulsiona para a mudança, como vemos claramente com Zaqueu (Lc 19,8). Dessa forma, a conversão não é pré-requisito para o acolhimento de Jesus, mas consequência desse encontro fulminante. O que é exigido é a fé em Deus e em Jesus, a confiança de que Deus os ama e os alcança, inaugurando uma nova era e irrompendo uma nova ordem atuante no mundo, pautada pela justiça e pela misericórdia.

6. Conteúdo ético da irrupção do Reino

Qual é o conteúdo do agir motivado pela manifestação do Reino anunciado por Jesus ou, em outras palavras, o que significa deixar-se desafiar em seu agir pela irrupção do

¹⁵ Albert Nolan, obra citada, p. 60.

amor de Deus na história humana? Significa deixar-se confrontar pelo modo de agir de Deus em relação à humanidade; ou, dizendo mais especificamente, significa deixar-se provocar pela maneira de Deus amar, revelada nas atuações de Jesus em favor dos pobres, doentes, abandonados e marginalizados da sociedade judaica. Significa tentar viver e expressar as características da bondade salvífica e libertadora de Deus manifestada por Jesus.

Trata-se de viver, no agir pessoal, o modo de amar de Jesus, pois, quando se ama como Jesus, o Reino acontece. O seguidor de Jesus tenta reproduzir, com a ajuda da graça, o modo de amar do Mestre. Concretizar esse modo de amar é a maneira de tornar presente a proposta do Reino. Assim, o conteúdo da ética de Jesus compreende o modo de amar característico de Deus. Pergunta inevitável é: que características são essas?

Conforme revelado definitivamente por Jesus, o amor de Deus é, antes de tudo, gratuito e incondicional. Deus não impõe condições para que o ser humano seja amado. A bondade solidária de Deus está sempre garantida. O ser humano é amado independentemente de sua situação moral. Deus não nos ama porque somos moralmente bons. O amor e a graça divina já nos estão garantidos, de antemão, abrindo a possibilidade da conversão como fruto da experiência existencial, a de que a bondade divina sempre será fiel em sua solidariedade com a humanidade.

Outra característica do amor de Deus é sempre vir carregado de libertação do mal e regeneração da vida. O ser humano entregue à própria sorte padece as consequências do pecado, como estrutura pessoal e social, provocando sofrimento, opressão, morte e impedindo-o de realizar a vocação de amor para a qual Deus o chamou. O amor de Deus virá sempre como oferta de vida e de realização plena opondo-se frontalmente à realidade do pecado, entendido como anti-amor, anti-Bem¹⁶, portanto, como anti-humano. Com efeito, o pecado desumaniza o ser humano; toda situação que desumaniza o ser humano tem sua raiz última no pecado. Estando sob o jugo do pecado, o ser humano se desumaniza, não se torna aquilo que é; se bestializa. A intervenção divina visa reverter essa situação, libertando o ser humano das amarras do pecado e regenerando-o em sua dignidade e capacidade. O amor de Deus revelado em Jesus é essencialmente salvífico, restaurativo, comunicador de *vida e vida em abundância* (Jo 10,10).

¹⁶ J. B. LIBÂNIO. *A escola da liberdade – subsídios para meditar*. São Paulo. Edições Loyola, 2010.

Por ser gratuito e regenerador, o amor de Deus manifesta-se, preferencialmente, em relação aos pobres e marginalizados. Isso aparece, claramente, no modo como Jesus ama e em suas opções. Embora o amor divino seja universal, Deus prioriza os mais abandonados em consequência da própria dinâmica libertadora e regeneradora da sua bondade salvífica. O amor destina-se preferencialmente àqueles diminuídos em sua dignidade e em suas condições de vida. Nesse sentido, os pobres são os destinatários da ação libertadora de Deus, mas não simplesmente como atores passivos de uma ação divina externa: eles próprios são co-artífices do projeto de Deus, colaboradores para realizarem a missão de amar e servir – missão, aliás, estendida a todo(a) aquele(a) que acolher o dom gratuito do Reino.

Outra característica desse amor é sua alegria, pois esta decorre de sermos pecadores amados e perdoados por Deus, que é Pai, na mais total gratuidade. A alegria advém da percepção de que tudo é dom; em linguagem inaciana, a atitude de “ver Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus”. Os pobres serem evangelizados é motivo para Jesus de uma grande alegria (Lucas 10,21-22). Não se trata de uma alegria cega e descomprometida com as vicissitudes e contradições da história. Mas uma alegria de olhos abertos, fundada na certeza de que Deus tem a última palavra e já está atuando na história. Reside aqui outra diferença fundamental entre Jesus e o Batista. Enquanto os discípulos de João jejuam, os de Jesus comem e celebram, alegrando-se com a vida.

A proposta ética de Jesus compreende um amor com essas características. Quem a acolhe e procura seguir a Jesus tentará, com a ajuda da graça, amar de modo alegre, gratuito, incondicional, libertador e regenerador e terá os pobres como destinatários preferenciais. Esse amor torna presente o Reino de Deus anunciado por Jesus. Não uma ética retributiva, movida pelo temor, como em João Batista, mas uma ética que corresponde livremente aos imperativos da compaixão e da justiça, porque movida e identificada pelo próprio dinamismo do Espírito de Deus, que assim age na história.

7. Presença da lógica de João Batista na práxis atual da Igreja

A despeito da beleza da mensagem de Jesus, pautada pela misericórdia, pela justiça e pela alegria, tão capaz de humanizar o ser humano para dar-lhe a vida divina e lhe revelar sua vocação última, não é fácil nos desvencilharmos da concepção joanina de um Deus-juiz, justiceiro e castigador. De fato, essa percepção parece cravada em nossa estrutura psíquica e social. O apóstolo Paulo, em suas cartas, acentuará a necessidade dessa mudança de mentalidade. É desde aqui que se compreende sua insistência na justificação

pela graça (gratuidade de Deus) e não pelo cumprimento dos preceitos da Lei. No entanto, nossa práxis religiosa e nosso discurso pastoral parecem resistir à novidade libertadora trazida por Jesus. Permanecemos, no mais das vezes, na lógica farisaica ritualista, que se apoia muito mais nos próprios méritos que na gratuidade do amor.

Percebemos essa resistência na ênfase dada ao comportamento moral em nossa Igreja. Muitos são os pregadores que acentuam demasiadamente a obediência aos mandamentos e o cumprimento de práticas devocionais e sacramentais, como se isso angariasse aos fiéis créditos junto de Deus. É a ética do dever, e não do ser. À lista de “nãos” acrescentam-se outras e intermináveis prescrições. Caso mais emblemático é o da moral sexual, que parece ser a “menina dos olhos” de muitos pregadores, olvidando-se elementos tão ou mais fundamentais e decisivos, como a prática da justiça, a opção pelos pobres e a defesa da ética pública.

Com efeito, muitos são os movimentos e comunidades religiosas que obrigam seus seguidores a disciplinas corporais e espirituais, como jejuns e outras observâncias, em sinal de pertencimento e fidelidade. Muitas são as comunidades, associações de leigos e paróquias que têm João Batista como modelo e padroeiro. Mais destacado não é o fato de ele denunciar as injustiças e apontar para o Cordeiro de Deus, mas sua austeridade e opção por não beber vinho, como se nisso residisse um valor qualitativamente positivo e superior. Decorre daí a prevalência de um rigorismo ascético e de um dualismo esquizofrênico que privilegia as “coisas do alto” em detrimento das “realidades mundanas”, o “sagrado” em oposição ao “profano”. Devedores que somos de uma leitura neoplatônica dos textos bíblicos, experimentamos uma significativa dificuldade de penetrarmos nas consequências do mistério da Encarnação, por meio do qual Deus mesmo assume e dignifica toda e qualquer realidade terrena.

Há ainda entre nós uma dificuldade latente em vivenciarmos a “liberdade dos filhos de Deus”, acostumados que somos a referências externas que nos indiquem objetivamente o caminho a ser trilhado. Padecem muitos cristãos de uma infantilidade espiritual, não no sentido de pureza ou de abertura, como se observa tão belamente em Teresa de Lisieux, mas no aspecto de imaturidade que depõe contra o aprofundamento espiritual de quem é convidado a avançar para *águas mais profundas* no conhecimento e no seguimento de Jesus.

Há, evidentemente, a necessidade de uma teologia moral, mas uma que nada tenha a ver com a casuística que se ensinava há alguns anos. O cristão precisa de poucos preceitos concretos porque “toda Lei está contida numa só palavra: amarás o teu próximo com a ti

mesmo” (Gal 5,14). Talvez Agostinho tenha sido o que melhor soube expressá-lo, por meio da célebre frase “Ama e faz o que quiseres”.¹⁷

A ênfase no cumprimento de preceitos deve-se também à necessidade de controle pela instituição. De fato, a liberdade trazida por Jesus depõe contra as estruturas de poder, mesmo aquela verificada na *hierarquia* da Igreja, termo que parece ser contraditório à proposta de Jesus, que defende relações de igualdade, e não de inferioridade e superioridade (Mt 26,25-28). Como lembra o Documento nº 105 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹⁸, o Vaticano II supera a noção da Igreja como uma estrutura piramidal, começando por apresentar o que nos une – nos capítulos sobre a Igreja mistério e povo de Deus – e só depois o que nos distingue. É nessa igualdade e comum dignidade que se funda a “diversidade de membros e funções na Igreja”. Por isso, antes de sermos diferentes, somos todos iguais. É necessário o resgate da teologia do laicato e, sobretudo, recuperar a dignidade do batismo e do sacerdócio comum. Pois foi para fortalecer o sacerdócio comum dos fiéis que o Senhor previu o sacerdócio ministerial, originariamente *ordenado* ao serviço dos fiéis¹⁹. Na estrutura política do Reino de Deus, o poder, a autoridade e a lei serão puramente funcionais, concretizando os arranjos que serão necessários para que as pessoas sirvam umas às outras com boa vontade e eficazmente (Nolan, p. 108).

É nesse sentido que pugnamos pela identificação com o nome de Jesus. Mais que católicos, deveríamos nos qualificar como cristãos. E isso não apenas porque nos pavimentaria mais concretamente o caminho do ecumenismo, defendido pelo Concílio Vaticano II, mas porque nos remeteria à nossa verdadeira fonte, que não é primeiramente uma instituição, mas uma *pessoa* que nos revela a presença da graça de Deus a agir no mundo. Como bem expressou Bento XVI, *ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo*²⁰.

Esse encontro por certo não é intelectual, mas assume feições de tal forma totalizantes que se caracterizam como identificação vital. É essa a teologia paulina constante em Rom 6,1-11: pelo Batismo nos associamos, isto é, nos identificamos com o próprio

¹⁷ CARVAJAL, LUÍS GONZALES *Nossa Fé – teologia para universitários*. Coleção *Cristianismo e modernidade*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

¹⁸ *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo*. Aprovado na 54ª Assembleia Geral da CNBB, ocorrida em Aparecida (SP), entre 6 e 15 de abril de 2016.

¹⁹ Constituição dogmática *Lumen Gentium*, nº 10.

²⁰ Carta encíclica *Deus caritas est*.

Cristo, sua pessoa, seu mistério, seus valores, suas decisões e seu destino. A meta é o reconhecimento de que “vivo, não eu, mas Cristo vive em mim” (Gal 2,20).

É preciso expurgar definitivamente a perspectiva joanina de um Deus castigador e vingativo, perante o qual, por temor, importa acumular merecimentos. Nada mais distante da novidade trazida por Jesus de Nazaré, que experimentava a Deus como seu *Abba*, Pai querido, um Deus cujo nome é misericórdia. De fato, “não há temor no amor; ao contrário, o perfeito amor lança fora o temor, porque o temor implica um castigo, e o que teme não chegou à perfeição do amor” (1 Jo 4,18).

8. Conclusão

Ao evidenciarmos as diferenças entre as propostas de João Batista e de Jesus, constatamos a infinita superioridade desta última em relação à primeira. A gratuidade de um Deus que se oferece livremente e por amor em Jesus é virtualmente inconciliável com a lógica retributiva de João, decorrente de sua concepção de um Deus juiz castigador e de sua “pastoral do terror”.

Entretanto, é forçoso reconhecer que ainda somos fortemente influenciados pela perspectiva joanina. Constatamos amplamente no discurso e na prática pastoral o quanto essa visão permeia nossa estrutura psíquica e social.

Enquanto não a superarmos definitivamente, teremos, como João Batista, permanecido na antessala do Reino. *O menor no Reino de Deus* será maior do que nós, porque não teremos compreendido qual a largura, o comprimento, a altura e a profundidade do amor de Deus por nós (Efe 3,18).

Tal conhecimento, evidentemente, não resulta do esforço pessoal, mas é fruto de uma experiência de acolhida do dom gratuitamente oferecido por Deus. *Conhecer* em chave bíblica de interpretação remete a *saber* que, por sua vez, tem a mesma raiz de *saborear*. Conhecer, portanto, no sentido bíblico, significa *fazer profunda experiência de algo*, no caso de Alguém que vem ao nosso encontro por amor. É dessa experiência, dom gratuito de Deus, que brota a também gratuita correspondência, como que por transbordamento daquilo que se experimentou em abundância. É desde aqui que se entende a oração de Santo Inácio: “Tomai, Senhor, e recebei... Todos os dons que me deste, com gratidão vos devolvo...”.

O cristão tem por característica o distintivo do Cristo, *i.e.*, reconhece em Jesus seu Senhor e Salvador. No entanto, reconhecer Jesus como nosso Senhor e Salvador só tem sentido se, a partir do encontro existencial com sua pessoa, procurarmos viver como ele

viveu, e organizar nossa vida de acordo com os seus valores e critérios. É em primeiro lugar a busca de uma *ortopraxis* (prática verdadeira), mais do que uma *ortodoxia* (doutrina verdadeira). Assumir essa identidade jesuânica começa pela tentativa de ler os sinais de nossos tempos do modo como Jesus leu os sinais do seu tempo, e analisar a nossa época com o mesmo espírito com que ele analisou a sua. Teríamos então que começar, como fez Jesus, pela compaixão, uma reação das tripas, com os bilhões de seres humanos, nossos irmãos, que sofrem de fome ou de quaisquer outras formas de desumanização. Identificar-se com Jesus é identificar-se com sua causa: a vida em plenitude de todos os seres humanos. Fora dessa perspectiva nossa religião será o cumprimento frio e estéril de preceitos morais, e não uma dimensão totalizadora do ser que dá sentido, comociona e traz felicidade. Seremos lamurientos, rigorosos, sectários, tristes, “com cara de vinagre”, como disse o Papa Francisco. Parecidos com João Batista que, apesar de seu valor e esforço, esbarra em um limite fundamental, de cuja superação decorre a verdadeira experiência do Reino inaugurado por Jesus e do conhecimento do Deus *Abbá* por ele revelado.